



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº /2010

(do Sr. GUSTAVO FRUET e VANDERLEI MACRIS)

***Solicita informações ao Ministro
de Estado das Minas e Energia
sobre o leilão da Usina de Belo
Monte***

Senhor Presidente:

Com fundamento nos artigos 50, § 2º, da Constituição da República, 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, encaminhe, ao Ministro de Estado das Minas e Energia, o presente requerimento solicitando cópia do inteiro teor da nota técnica elaborada por Furnas e Eletrosul em abril de 2010, que não aconselhava a participação de estatais no leilão da Usina Belo Monte, citada na matéria transcrita abaixo, publicada no jornal “O Globo” do dia 23 de abril de 2010, pág. 27 :

*“Um parecer oficial contra Belo Monte
Henrique Gomes Batista*

Nota técnica de Furnas e Eletrosul não recomenda estatais no projeto

Uma nota técnica elaborada por duas estatais de energia do grupo Eletrobras, Furnas e Eletrosul, indicou que a construção da usina de Belo Monte era um mau negócio. Segundo o documento ao qual o GLOBO teve acesso e que foi elaborado dia 18 de abril, dois dias antes do leilão, uma análise do edital da obra, das condições de mercado e dos acordos entre as empresas que formavam o consórcio Belo Monte Energia alertava que não era seguro para as estatais participar do leilão. O consórcio — que abrigava, além das duas subsidiárias da Eletrobras, a construtora Andrade Gutierrez, a Vale, a Neoenergia e a Companhia Brasileira de Alumínio, divisão do grupo Votorantim — acabou perdendo o leilão. Pequena lucratividade, riscos financeiros, da obra, do projeto e de operação foram apresentados como problemas que tornariam a obra pouco viável.

O documento, de uso interno das estatais, estima que a obra custará R\$ 28,5 bilhões — bem acima da previsão oficial de R\$ 19 bilhões. Mas isso nem é surpresa, já que todos os analistas consideravam os números do governo subestimados. O que assustou os analistas das estatais foram os outros números do empreendimento. A taxa interna de retorno (a chamada TIR, que demonstra a margem de lucratividade de uma atividade financeira), foi estimada em apenas 3%, considerando riscos extras de questões ambientais e fundiárias de R\$ 2,7 bilhões.

Mesmo que estes custos extras não se confirmem, a lucratividade do negócio é baixa: 4,4%, diz o documento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O valor é quase a metade da taxa prevista pelo governo, de 8%, que forçou essa margem às pressas, pouco antes do leilão, para tentar o sucesso da concorrência, visto que a previsão anterior era bem mais generosa e em linha com grandes empreendimentos de infraestrutura, com uma taxa de 12%.

Custos ambientais subavaliados

De maneira geral, os técnicos das duas estatais indicam diversos problemas no projeto baseado na proposta do governo. Faltaram, segundo a nota, estudos geológico-geotécnicos.

Além disso, teria havido subavaliação dos custos ambientais, falta de recursos para seguros e uma precificação mais correta dos serviços de remoção da população local. Isso indica que tanto o governo como os consórcios — estimulados pelas estatais — entraram no negócio de forma açodada.

A proposta do consórcio, segundo o estudo de Furnas e Eletrosul, previa que o BNDES financiaria R\$ 15,3 bilhões do projeto. Esse valor supera o possível no momento, que é de R\$ 13,5 bilhões. Para ser viabilizado, o banco precisaria aumentar o seu patrimônio líquido. Embora o governo e o próprio banco não comentem este movimento, a equipe econômica prepara, para breve, mais um aumento no patrimônio do BNDES, o que poderia atender aos objetivos do consórcio.

A participação do BNDES também é vista com cautela pelos técnicos da estatais por outros dois pontos. Segundo a nota, causa certa apreensão um eventual descasamento entre os desembolsos necessários à obra e a liberação de recursos pelo BNDES. O estudo também alerta que, como deve ocorrer um atraso na obtenção da licença ambiental de instalação — necessária para o início da construção da usina —, o financiamento do empreendimento poderia ficar fora do Programa de Sustentação de Investimento (PSI), previsto para acabar no fim de 2010. Este programa é um dos mais vantajosos do país atualmente, por ter juros anuais de 4,5% — na prática, juros negativos, pois a inflação prevista para 2010 está em 5,32%.

'Sem segurança' para o projeto

"Concluindo, a análise dos documentos disponibilizados não dão a segurança e o conforto necessários para recomendar a assinatura por Furnas/ Eletrosul", afirma o documento de 30 páginas, após uma análise dos aspectos técnicos, do orçamento, energético e de comercialização.

Os problemas técnicos e financeiros deverão levar a um atraso no cronograma da obra em, pelo menos 13 meses, ou seja, a fabricação de energia não deve começar em maio de 2015.

Isso se a licença de instalação for concedida até maio de 2011. Esta previsão já prevê, no mínimo, um atraso de cinco meses a partir da tentativa oficial de liquidar esta questão com o Ibama ainda em 2010.

Apesar dessa análise técnica, o consórcio apresentou uma proposta no leilão. As duas estatais, juntas, representavam 49% do grupo. Mas o Belo Monte Energia não foi o vencedor do certame. O consórcio apresentou uma proposta de R\$ 82,90 por Megawatthora (MWh), valor muito próximo ao teto estimado pelo governo, de R\$ 83/MWh. O consórcio Norte Energia, formado por nove empresas, entre elas o Grupo Bertin, a construtora Queiroz Galvão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

e a estatal Chesf — também com participação de 49% —, venceu o leilão com uma proposta de R\$ R\$ 77,97 MWh.

A Eletrobras, holding estatal que controla Furnas e Eletrosul, informou que não comentaria o estudo.

A assessoria de imprensa afirmou que nenhum documento com análises sobre Belo Monte foi tornado público.”

Sala das sessões, em 27 de abril de 2010.

Deputado **GUSTAVO FRUET**
PSDB/PR

Deputado **VANDERLEI MACRIS**
PSDB/SP